

Dívida só acaba depois de 30 anos

JUNIOR BARON



Segundo Zélia, o Brasil já provou que é capaz de gerar dólares

É preciso um prazo superior a 30 anos para que o Brasil possa pagar integralmente sua dívida externa junto aos bancos privados. A previsão é da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que reafirmou ontem o conceito de que o Brasil tem problemas conjunturais de liquidez, mas é solvente (pode pagar) a longo prazo.

A ministra não confirmou que os futuros títulos representativos da dívida externa (**zero coupon bond**), propostos ao comitê assessor dos bancos, em Nova Iorque, terão um prazo de resgate de 45 anos. Segundo ela tanto o prazo, como os juros e até mesmo os instrumentos são negociáveis. "A engenharia financeira é capaz de imaginar e bolar vários instrumentos", comentou. "O fundamental é que esses instrumentos sejam adaptados à nossa capacidade de pagamento".

Zélia explicou que a proposta de reescalonamento da dívida externa junto aos bancos privados é inovadora pois implica no abandono do conceito tradicional de que o não pagamento da dívida se deve essencialmente a restrições cambiais. "O Brasil já provou que tem condições de gerar dólares", disse. "O problema está na capacidade do setor público em gerar cruzeiros genuínos, através de superávits fiscais, para comprar os dólares a serem oferecidos aos credores".

A geração dos "cruzeiros genuínos", segundo a ministra, não implicará num aumento da carga tributária. Ela assegura que a obtenção de superávits fiscais será consequência das reformas estruturais na economia que começaram a ser implementadas em 16 de março úl-

timo (reforma do Estado, reforma administrativa, etc).

PAGAR TUDO

Para explicar o conteúdo da proposta de renegociação da dívida externa, em entrevista ao programa "Bom Dia Brasil", Zélia insistiu na premissa de que o Brasil é um País que enfrenta dificuldades conjunturais, mas é solvente a longo prazo. "Quem acreditar nessa premissa pode trocar seus créditos por um novo título de longo prazo (**zero coupon bond**) e recebê-lo ao final do período", comenta. "Já aqueles que tiverem pressa poderão recorrer aos leilões trimestrais nos quais serão ofertadas determinadas quantidades de dólares compatíveis com nossa capacidade anual de pagamento".

A ministra destacou o fato de a proposta brasileira inovar ao não incluir um pedido formal de redução obrigatória da dívida. "Ela (a dívida) será paga integralmente ao longo do período", disse.

"Evidentemente que no caso dos leilões haverá um desconto sim, mas um desconto colocado pelo mercado. Além disso, oferecemos dois outros instrumentos com redução de juros (o **exit bond**, de curto prazo — entre 10 a 15 anos —, e o **interest reduction bond** de prazo intermediário — entre 20 a 25 anos). Essa redução torna-se necessária porque, como são instrumentos de prazo mais curto, é preciso compatibilizar esse período de tempo à nossa capacidade de pagamento que é restrita".

Zélia informou que a proposta brasileira para renegociação da dívida não trata da entrada de dinheiro novo no País. "O que queremos é que venham investimentos para o Brasil. Na medida em que a economia esteja estável, com um ambiente saudável, regras estáveis e nossas relações com a comunidade financeira internacional normalizadas isso virá naturalmente", comentou.